

BRASIL

Militar não quer Nasa na Amazônia

Brigadeiro diz que acordos de cooperação científica com governo norte-americano colocam em risco informações valiosas

Lauro Rutkowski
 Da equipe do Correio

Brasil e os Estados estão prestes a fechar dois acordos de cooperação científica para estudos na Amazônia que têm sido combatidos com vigor pelos militares. Os convênios vêm sendo negociados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e Agência Espacial Norte-americana (Nasa) e têm como objetivo levantar dados ambientais na floresta amazônica, com o uso de equipamentos (inclusive aviões) cedidos pelos Estados Unidos e com a organização de expedições compostas por equipes mistas. Os textos estão em fase final de análise pelo Departamento de Estado do governo norte-americano, depois de terem sido aprovados pelos ministérios de Ciência e Tecnologia e Relações Exteriores do Brasil, e prevêem cooperação no período 1998-2003.

Os militares são contra os convênios por três motivos. O primeiro é filosófico: consideram a Amazônia um território estratégico, um patrimônio do Brasil que deveria ser primeiramente explorado pelos pesquisadores brasileiros antes de ser aberto aos especialistas estrangeiros. Os representantes das Forças Armadas temem o risco de biopirataria, a reali-

zação de estudos secretos e a utilização distorcida de dados coletados *in loco* para colocar o Brasil no banco dos réus no caso do efeito-estufa — o que poderia motivar um movimento de internacionalização da Amazônia.

O efeito estufa é provocado pelo acúmulo de certos gases na atmosfera — principalmente dióxido de carbono, metano e óxido nítrico. Estes gases — emitidos por fábricas, automóveis e queimadas de matas — acumulam-se ao redor do planeta, funcionando como um escudo que impede a dispersão dos raios solares. O fenômeno provoca elevação da temperatura ano mundo todo.

O segundo motivo de descontentamento dos militares seria o fato de os convênios serem desnecessários, já que boa parte das informações que serão levantadas por norte-americanos e brasileiros poderiam ser obtidas dentro de dois anos com o uso dos equipamentos do Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam). E sem necessidade de utilizar mão-de-obra e aparelhos eletrônicos da Nasa. O terceiro motivo também está relacionado ao Sivam. Há temor, no meio militar, que informações ambientais importantes que venham a ser coletadas pelo sistema "vazem" para a Nasa.

A implantação do Sivam custará US\$ 1,3 bilhão aos cofres públicos

Zuleika de Souza 13.11.98



O brigadeiro Oliveira rejeita os convênios: "Não temos simpatia pelos acordos"

brasileiros até o ano de 2002. Com o sistema, a Amazônia Legal ganhará 10 aparelhos de estudos de raios, 10 radares meteorológicos para detecção de chuvas, 13 estações meteorológicas de altitude (com o uso de balões até para análise da camada de ozônio), 770 estações meteorológicas de superfície (para medição de precipitação pluviométrica e nível de rios) e 200 plataformas de coleta de dados (que também poderão medir a velocidade dos ventos).

"Não vemos com simpatia esses acordos entre Brasil e Estados Unidos, para dizer o mínimo", diz o brigadeiro Marcos Antonio de Oliveira, que durante oito anos esteve à frente do projeto Sivam. Ele foi presidente da Comissão para Coordenação do Projeto Sivam (CCSivam) até o início deste mês, quando deixou o cargo para assumir o Departamento de Aviação Civil (DAC). "Estamos fazendo um investimento bilionário para garantirmos informações 100% nacionais. Não há necessidade de ajuda

norte-americana para conhecermos uma região de nosso próprio país que será exaustivamente monitorada dentro de pouco tempo", diz.

Ao sair da CCSivam, o brigadeiro enviou uma carta ao Estado Maior das Forças Armadas (EMFA) alertando que os acordos entre o Inpe e a Nasa mereciam máxima atenção, já que os textos prevêem a criação de um banco de dados compartilhado entre Brasil e Estados Unidos. Estes dados serão colhidos dentro do Experimento de Grande Escala da Biosfera-Atmosfera da Amazônia (LBA — *Large Scale Biosphere-Atmosphere Experiment in Amazon*, em inglês).

O LBA foi uma proposta apresentada pela comunidade científica durante a Rio-92 com o objetivo de congrega especialistas do mundo inteiro na busca de respostas a duas perguntas: qual a influência das modificações climáticas mundiais na Amazônia e qual a importância da Amazônia nestas mudanças globais. Os dois acordos que devem ser assi-

nados em breve têm como objetivos estudar os efeitos do desflorestamento e da agricultura na Amazônia para indicar caminhos de desenvolvimento auto-sustentável e coletar e analisar dados climáticos (quantidade de chuvas e sentidos dos ventos, por exemplo).

ESTRATÉGIA

A preocupação dos militares com os acordos já chegou ao secretário de Assuntos Estratégicos, embaixador Ronaldo Sardenberg, que a partir de janeiro ocupará o Ministério de Projetos Especiais. Ele é e continuará sendo o maior responsável pelos programas estratégicos desenvolvidos na Amazônia — inclusive pelo Sivam. Segundo Sardenberg, as informações geradas pelo Sivam — mesmo àquelas relacionadas ao meio ambiente — somente serão liberadas para conhecimento da comunidade científica após análise. "Quem decide o que pode ou não ser divulgado sou eu", disse ao Correio. Ele não quis emitir opinião sobre os acordos entre o Inpe e a Nasa.

Os acordos foram negociados pelo Inpe com aval do ministro da Ciência e Tecnologia, José Israel Vargas, que considera importante o intercâmbio de informações científicas. Se os termos dos acordos forem aceitos pelos Estados Unidos, os cientistas brasileiros poderão ter condições de prosseguir trabalhos ameaçados com os cortes do orçamento do ministério.

Os cortes ameaçam programas na Amazônia porque contratos de ajuda financeira internacional estão condicionados a contrapartidas brasileiras. Embora as parcelas que cabem ao governo do Brasil sejam pequenas (de 10% do total emprestado), se não forem honradas — ou se forem reduzidas — a contribuição estrangeira também será eliminada, ou cortada na mesma proporção. Resultado: Dos R\$ 73 milhões que o G-7 (os 7 países mais ricos do planeta) tinha colocado à disposição para proteger a Amazônia, restaram apenas R\$ 7,6 milhões depois dos cortes nas contrapartidas do governo brasileiro.

Cientista acha reação exagerada

A oposição de militares aos convênios é tratada quase como xenofobia paranóica, no meio científico. "O progresso científico não se faz com a construção de muros, mas com troca constante de informações. Pensar o contrário é defender o obscurantismo", diz o engenheiro Carlos Afonso Nobre, chefe do Centro de Previsão do Tempo e Estudos Climáticos do Inpe (CPTEC) e um dos negociadores dos convênios. Os cientistas defendem os acordos porque vêem nos convênios a chance de realizar pesquisas de fôlego em tempos de orçamento curto e ajuste fiscal.

O brigadeiro Oliveira é a favor das pesquisas e reconhece a falta de recursos na área científica, mas espera que os pesquisadores aguardem até que os equipamentos do Sivam entrem em ação. "A chamada internacionalização da Amazônia não é paranóia. Todos os países desenvolvidos sabem que a região é rica e estão de olho nessas riquezas", diz.

Nesta semana o assunto voltou à pauta com o aniversário de dez anos da morte do líder seringueiro Chico Mendes. Os dois principais grupos ambientalistas dos Estados Unidos — o Environmental Defense Fund (EDF) e a National Wildlife Federation (NWF) — estão convencidos de que o governo brasileiro está cometendo equívocos ao cortar recursos de projetos de pesquisas e proteção da Amazônia e decidiram relançar o movimento de defesa internacional da floresta.

Segundo representantes das ONGs, imagens colhidas por satélites da Nasa, a agência espacial americana, mostraram que 13% da área da floresta amazônica já foram devastados. E a destruição seria ainda mais rápida daqui em diante, em consequência dos cortes no Orçamento feitos para honrar o acordo de empréstimo junto a Fundo Monetário Internacional (FMI). (LR)